

REFORMA AGRÁRIA

Para que?

- DISTRIBUIR OS 280 MILHÕES DE HECTARES DE TERRA NÃO EXPLORADAS DOS LATIFÚNDIOS AOS 12 MILHÕES DE TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA OU COM POUCA TERRA.
- MULTIPLICAR A ÁREA DAS LAVOURAS, AUMENTANDO A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.
- AMPLIAR O MERCADO INTERNO, ATRAVÉS DA REDISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE E DA RENDA AGRÁRIA.
- ELIMINAR A ESPECULAÇÃO, POSSIBILITANDO PREÇOS JUSTOS PARA PEQUENOS PRODUTORES E ALIMENTOS MAIS BARATOS PARA A POPULAÇÃO.
- CRIAR NOVAS OPORTUNIDADES DE VIDA E DE TRABALHO PARA OS DESEMPREGADOS E SUBEMPREGADOS NAS CIDADES.
- REESTIMULAR AS ATIVIDADES ECONÔMICAS QUE OFERECEM MAIS EMPREGO E VOLTADAS AO BEM ESTAR DA POPULAÇÃO.
- QUEBRAR O MONOPÓLIO DAS MULTINACIONAIS NA PRODUÇÃO AGRO-INDUSTRIAL E RECUPERAR AS TERRAS QUE ESTÃO EM SUAS MÃOS.
- ACABAR COM A ESPECULAÇÃO DE TERRAS
- ELIMINAR AS CAUSAS DA VIOLÊNCIA CONTRA OS TRABALHADORES RURAIS E OS POVOS INDÍGENAS.
- CONTRIBUIR PARA A IMPLANTAÇÃO DA DEMOCRACIA NO PAÍS, DEMOCRATIZANDO O ACESSO À PROPRIEDADE DA TERRA.

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA

CONTAG / CPT / CIMI / CNBB - LINHA 6 / ABRA / IBASE

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA HOJE

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária desde abril de 1983 está mobilizando a opinião pública para a gravidade da situação, a importância e urgência do problema agrário no Brasil.

Durante os dois últimos anos ela foi assumida pelas organizações representativas dos trabalhadores e por entidades de assessoria e defesa dos trabalhadores no campo, que a lançaram nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Goiás, Brasília e, a nível regional, em Juiz de Fora (MG), Paragominas e Xinguara (PA), Petrolina (BA).

A Campanha denunciou a situação de violência contra os trabalhadores e suas famílias, promoveu atos públicos e debates, constituiu-se em fonte de dados sobre os conflitos no campo para militantes do movimento popular e de organizações várias. Com o apoio inicial de três organizações de ajuda ao 3º Mundo, a Campanha pode produzir 5 diferentes tipos de cartazes, 10 números do Boletim, um audiovisual e dois livros informativos.

Durante esse tempo a imprensa (TV e jornais), boicotou de forma sistemática tudo que se fazia ou falava sobre Reforma Agrária.

No final de maio de 1985 os trabalhadores rurais reafirmaram no seu IV Congresso Nacional a sua reivindicação unitária máxima: "A Reforma Agrária Ampla Massiva e Imediata, com a participação e controle dos trabalhadores rurais, capaz de eliminar o Latifúndio".

Durante a realização do IV Congresso o governo da Nova República entregou sua proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), colocando-a em debate, publicamente.

Foi assim aberto um espaço para que o grande tema, banido, ignorado ou manipulado por 20 anos virasse notícia. Hoje a Reforma Agrária ocupa o lugar central que lhe cabe.

Há dois meses a Reforma Agrária vem provocando todo tipo de reações e aqueles que a temem não hesitam em agredir o povo brasileiro com a continuação da violência no campo, com a defesa pública da organização de milícias privadas e com manobras que visam derrubar o Ministro da Reforma Agrária e o presidente do INCRA, responsáveis pelo PNRA. No atual momento a Reforma Agrária corre sério risco de ser abortada, motivo pelo qual estamos intensificando a luta por ela, ao lado dos trabalhadores rurais.

Embora o PNRA não atenda todas as reivindicações do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais e seja considerado moderado pode, no entanto, iniciar o desencadeamento da Reforma Agrária no País, conforme tem sido afirmado pelos trabalhadores rurais, pela Igreja e inúmeros organismos da sociedade civil.

Queremos discutir em profundidade os modos de fazê-la, com ampla participação de toda a sociedade, porque ela é uma questão nacional e interessa a toda a sociedade brasileira. Acreditamos que a sociedade organizada deve participar da Reforma e que ela deve ser aberta, flexível, profunda, sem ser sectária, ampla, sem ser insensível às dificuldades e complexidades de sua implementação.

Com esse espírito estamos ampliando a Campanha, mobilizando organizações sindicais urbanas, associações de moradores e órgãos de classe para que participem concretamente deste movimento em prol da Reforma Agrária.

Nesse sentido organizamos, no Rio de Janeiro, nos últimos 15 dias, duas grandes reuniões, onde cerca de 80 organizações se dispuseram a debater em suas bases a questão agrária nacional e prepará-las para um Ato Público.

Em São Paulo houve um Ato na Câmara dos Vereadores e no Ceará a Campanha foi lançada no dia 2 de julho, com ampla participação popular. Atos públicos, debates e seminários estão sendo programados em vários estados.

A questão da terra não interessa somente aos trabalhadores rurais. É uma questão central para o desenvolvimento nacional e para a Democracia. Só ela poderá resolver o desemprego, a fome, o êxodo rural, o abastecimento, a inflação, a violência e a dívida externa.

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária propõe que as organizações sindicais urbanas, as associações de moradores, os órgãos de classe, enfim, todos os segmentos da sociedade se mobilizem para mostrar à Nação que apoiam a causa da Reforma Agrária.

SÍNTESE DA PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DO PRIMEIRO PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA – PNRA

Elaborada pelo MIRAD – Brasília, maio de 1985

INTRODUÇÃO

Reafirma a importância do Estatuto da Terra como instrumento jurídico-institucional para instrumentar a transformação da estrutura agrária e as conseqüências de sua não aplicação até hoje.

OBJETIVOS

- | | | |
|--------------------|--|--|
| Gerais | Mudar a estrutura fundiária de modo a garantir a realização sócio-econômica e o direito de cidadania do trabalhador rural. | <ul style="list-style-type: none"> . Distribuindo e redistribuindo a terra. . Eliminando progressivamente o latifúndio e o minifúndio. . Assegurando regime justo de posse e uso. . Assegurando aumento da produtividade. . Atendendo prioritariamente o mercado interno. |
| Específicos | <ul style="list-style-type: none"> . Aumentar a oferta de alimentos . Criar novos empregos. . Diminuir o êxodo rural. | |

METAS

Quadrênio/	Beneficiários (milhões)	Anual	Beneficiários (milhões)
1985 – 1989	1,4	85/86	100
1989 – 1993	2,0	86/87	300
1993 – 1997	2,0	87/88	450
1997 – 2000	1,7	88/89	550
Total	7,1	Total	1400

Parâmetro: Ano Agrícola - agosto a julho.

Ações da RA no próximo quadrênio

- a) Contenção da expansão do latifúndio:
 - . desapropriação dos latifúndios extensos sem utilização;
 - . utilização;
 - . tributação;
 - . proposta de novas medidas legais;
 - . correção das políticas setoriais.

- b) Garantia de destinação social das obras públicas no campo:
 - . assegurar compensações dignas aos trabalhadores atingidos por grandes obras estatais;
 - . reverter os grandes investimentos públicos em favor do conjunto da sociedade (desapropriação das áreas em torno de barragens, açúdes, etc.).

- c) Atendimento às demandas sociais mais urgentes:
 - . solução dos conflitos;
 - . combate à violência no campo;
 - . medidas para estancar o êxodo desordenado ou a expansão massiva.

- d) Implantação de um “setor reformado” de dimensão significativa:
 - . assentamento de Reforma Agrária.

Definição das áreas prioritárias de Reforma Agrária

definir:

- . as regiões críticas;
- . as regiões avançadas de desenvolvimento onde não ocorram tensões;
- . as regiões já economia de subsistência e carentes;
- . as ainda em fase de ocupação econômica, carentes de programas.

identificar:

- . regiões homogêneas "ou" áreas regionais prioritárias;
- . "áreas de ação" e "áreas desapropriáveis";

critérios para identificá-las:

- . incidência de conflitos, do complexo latifúndio-minifúndio, de latifúndios próximos aos grandes centros urbanos, de grande número de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, arrendatários, posseiros, parceiros, minifundistas e assalariados.
- . ocorrência de obras públicas;
- . existência de infra-estrutura viária, produção, armazenamento, comercialização e equipamentos sociais;
- . aptidão das terras.

Alternativas para posse e uso da terra

- . Unidade familiar
- . Unidade de propriedade em comunhão
- . Unidades associativas
- . Unidades mistas

(Será incentivada a participação de todas as categorias de trabalhos rurais e respeitadas suas preferências).

Participação da Sociedade

Instituições, Sindicatos, Associações, Grupos e Movimentos da Sociedade Civil e diálogo intenso com o Legislativo e o Executivo.

PROGRAMAS DE AÇÃO

Natureza dos programas

Básico
Complementares

Apoio

Denominação

Assentamento de Trabalhadores Rurais
Regularização Fundiária
Tributação
Colonização
Cadastro Rural
Desenvolvimento de Recursos Humanos
Jurídico
Estudos e Pesquisas

ARTICULAÇÃO DA AÇÃO DO GOVERNO

Articulação interministerial e intergovernamental nas três esferas de Governos Federal, Estadual e Municipal.
Políticas de Apoio à Produção e à Organização dos Assentamentos.
Associativismo, Crédito Rural, Pesquisa Agropecuária, Assistência Técnico-Educacional e Difusão da Tecnologia, Educação.

A Reforma Agrária e o GETAT

- redefinição dos mecanismos de instrumentos de intervenção na região;
- sua compatibilização com o novo quadro sócio-político do País;
- capacitá-los para promover, efetivamente, uma ampla revisão da posse e uso da terra na área;
- agilizar as medidas necessárias para passar as atribuições do GETAT para o MIRAD/INCRA e/ou para os Governos Estaduais e Municipais.

Reforma agrária e programas especiais

Adequá-los e compatibilizá-los à estratégia de ação e às diretrizes do PNRA:

- . integração das áreas ao PNRA;
- . orçamentos e recursos proporcionais ao número de trabalhadores sem ou com pouca terra;
- . novas obras de infra-estrutura equacionadas à questão fundiária;
- . preferência nos projetos às próprias áreas afetadas pela obra;
- . IAA seja reorientado junto com os recursos de Fundo de Assistência Social;
- . prazo de 5 anos para enquadramento das indústrias sucro-alcooleiras no Estatuto da Lavoura Canavieira;
- . áreas de latifúndios por exploração de cana de açúcar prioritárias para a RA: no mínimo, 2 módulos rurais por família. Área máxima para o plantio de cana: 50% do mínimo por unidade familiar.

- . Levantamento dos projetos inadimplentes.
- . Assegurar junto aos ministérios (Planejamento, Interior e Agricultura) que
 - os imóveis/latifúndios por exploração ou dimensão não sejam beneficiados por incentivos;
 - os recursos alocados nessas áreas sejam transferidos para o PNRA;
 - as áreas definidas como de intervenção para fins de RA não sejam objeto de investimentos oriundos de incentivo fiscal.

Reforma Agrária e Terras Indígenas

medidas de emergência

- . acelerar a demarcação das terras indígenas;
- . levantamento fundiário nas áreas de conflito por terra com soluções articuladas com o PNRA.

de médio prazo

- . controlar e impedir invasões de território indígena e fazer levantamentos em casos definidos no PNRA.

medidas decorrentes

- . redefinir sistemas de cadastramento;
- . estabelecer níveis de integração com cadastro do INCRA;
- . cancelar registros em cadastro de imóveis rurais incidentes nas áreas indígenas;
- . unificar bases cartográficas;
- . estabelecer mecanismos de vigilância e controle permanente dos imóveis confinantes.

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

dinâmica e articulação das medidas de intervenção

A RA deverá ser um programa de Governo na sua totalidade – conjunto de políticas para impedir manutenção artificial do latifúndio com recursos públicos.

O instrumento da RA será a desapropriação por interesse social a ser desencadeada em áreas:

- . de grande concentração do latifúndio;
- . de elevados índices de concentração de trabalhadores rurais sem ou com pouca terra;
- . com formas injustas de relações de trabalho e produção.

A discriminação de terras públicas se fará nas áreas de fronteira agrícola em expansão ou área de ocupação antiga com ocorrências de situações atípicas.

Atividade permanente do MIRAD/INCRA – identificação das áreas de tensão, dando respostas rápidas aos conflitos existentes.

Prioridade ao assentamento de trabalhadores sem terra nos locais de origem.

Respeito às especificidades locais e regionais.

Colonização e tributação acompanharão sempre que necessário a redistribuição das terras desapropriadas.

As atividades de colonização serão desenvolvidas em terras públicas e devolutas.

A tributação será aplicada de forma indistinta e será fonte de recursos à RA.

Programas de regularização se adequarão aos objetivos e propostas do PNRA.

MIRAD/INCRA se articulará com outras áreas e esferas governamentais.

AÇÕES IMEDIATAS (1985/1986)

direcionadas à resolução dos conflitos

- . análise dos levantamentos;
- . uniformização dos sistemas de coleta;
- . determinação das medidas necessárias;
- . desapropriações e assentamentos.

de apoio ao Programa de Assentamento dos Trabalhadores Rurais

- . desapropriações, suspensões de licitação de terras;
- . cancelamento de concessões de terras públicas;
- . corte dos recursos para transferência de trabalhadores, revisão de concessões de grandes extensões de terras públicas e grupos econômicos.

relacionadas com a colonização

- . unificação das bases cartográficas pelo INCRA.

Levantamentos:

- de áreas cadastradas em nome de empresas de colonização agropecuária;
- da situação atual dos projetos de colonização;
- de projetos de imigração e assentamentos de órgãos fundiários estaduais, regionais, federais e do GETAT.

de caráter legal

- . projeto de Lei determinando que INCRA seja cientificado de despejos ou desocupação judiciais em imóveis rurais;
- . desativação das milícias privadas;
- . cobrança dos débitos do ITR;
- . atuação conjunta IAA/ITB para cumprimento/lei dos sítios;
- . financiamentos condicionados ao cumprimento das obrigações sociais trabalhistas e a fixação do trabalhador rural na terra em que reside e cultiva (D. Lei 70430);
- . loteamentos urbanos em áreas rurais: reexame da legislação e das políticas;
- . Portarias do GETAT (1980/1984): revisão;
- . revogação do Decreto 88118 (MINTER/MIRAD) outras: nova sistemática para demarcação de terras indígenas;
- . plena eficácia aos mecanismos jurídicos/administrativos de fiscalização – desclassificação do imóvel;
- . revisão da instrução 21/76 do INCRA sobre desapropriação;
- . readequação das normas regulamentares ao 1.º PNRA;
- . sensibilização do Poder Público para constitucionalidade dos artigos 3.º/11.º do Decreto-Lei 554/69.

apoio a elaboração dos planos regionais da RA

- . Polígono das Secas – levantamento: das áreas em torno dos açudes (10 km) para assentamento e acesso à água; e das terras inaproveitadas dos baixos e vales úmidos.

**RECURSOS E
FONTES DE FINANCIAMENTO**

- . Compatibilização da “justa indenização” com o contido nos dispositivos legais e sensibilização do Poder Público para com os artigos 3.º e 11.º do Decreto-Lei 554/69.

Demanda de Recursos para 1985/86

Meta – 85/86	100.000 famílias/custo unitário Cr\$ 16.500.000
Total requerido	Cr\$ 1.650 milhões (estimativa maio/85)
TDA's	1.125 bilhões
Moeda corrente	525 bilhões

Para a Captação de Recursos

PROTERRA e FUNTERRA – não comprariam mas, desapropriariam, e os recursos seriam utilizados para indenização das benfeitorias.

E as terras, pagas em TDAs.

Recursos alocados para os Estados do Nordeste já estão assegurados no orçamento do Projeto Nordeste e se destinariam à compra de terras.

Fontes Orçamentárias

FINSOCIAL, PIN-PROTERRA e excessos da arrecadação do Tesouro Nacional. Fontes de Recursos Internos para o Financiamento do 1.º PNRA da Nova República.

(estimativa em Cr\$ de maio de 1985)

Origem	Cr\$ bilhões
FINSOCIAL	262
PIN-PROTERRA	131
Tesouro Nacional	132
Total	525

PROPOSTAS DO IV CONGRESSO DA CONTAG NÃO CONTEMPLADAS NO 1º PNRA

14 – Que as terras e benfeitorias dos latifúndios sejam desapropriados por interesse social e pagas em títulos da dívida agrária, enquanto as terras griladas ou com títulos duvidosos sejam confiscadas. Que os trabalhadores lutem para que a constituinte amplie o uso do instrumento do confisco.

15 – O movimento Sindical de Trabalhadores Rurais deve conservar a sua independência face aos órgãos estatais como o MIRAD e o INCRA. Exigimos do atual governo que a Reforma Agrária seja totalmente desvinculada do Conselho de Segurança Nacional ou interferência de órgãos ligados à repressão. Exigimos a imediata extinção do GETAT/GEBAM e a revogação das exposições de motivos 005 e 006 do Conselho de Segurança Nacional.

17 – Que seja elaborado e posto em prática, em todo o território nacional, um Plano Nacional de Reforma Agrária, com etapas bem delimitadas, começando já e com prazo máximo de 05 (cinco) anos para terminar, tendo em vista a gravidade dos problemas que atingem a grande massa de trabalhadores rurais, deixando de existir apenas na letra da lei e pronunciamentos governamentais.

21 – Que, desde já, o Governo adote medidas para impedir o crescimento dos latifúndios e empresas rurais:

- a) Proibindo, definitivamente, a substituição de área de produção de primeira necessidade por qualquer produção incompatível com a alimentação humana;
- b) Proibindo a expansão de canaviais nas áreas ocupadas com a produção de alimentos;
- c) Proibindo o desmatamento de florestas naturais para reflorestamento, produção de carvão ou formação de pastagens;
- d) Fiscalizando as empresas rurais e verificando se elas estão cumprindo sua função social e que sejam coibidas as manobras utilizadas para classificar latifúndios como empresas rurais;
- e) Proibindo a implantação de loteamentos urbanos e chácaras de recreio em terras agriculturáveis;
- f) Proibição definitiva de vendas de propriedades a empresas brasileiras ou multinacionais;
- g) Todas essas áreas devem ser consideradas prioritárias para efeito de Reforma Agrária;
- h) Proibição definitiva de vendas de terras a empresas brasileiras ou multinacionais e também a pessoas físicas e jurídicas que têm como objetivo a concentração de terras para fins de especulação imobiliária.

26 – Que a desapropriação, por interesse social, dos latifúndios seja feita com indenização baseada no valor declarado ao INCRA, a ser paga em títulos da dívida pública, resgatáveis em vinte anos.

28 – Exigir que o Governo Federal declare de interesse social, para fins de desapropriação, todas as áreas tidas como latifúndio, compreendidas em um raio de quarenta (40) quilômetros dos eixos das rodovias federais e estaduais, rios e faixa nacional de fronteiras, respeitadas as terras indígenas.

30 – Que a terra seja distribuída gratuitamente.

32 – Que as terras ocupadas com o plantio de cana e outras áreas de monocultura, de acordo com os trabalhadores rurais dessas áreas, sejam desapropriadas por interesse social, conforme o Estatuto da Terra.

34 – Que, sem ordem de prioridade, o processo de Reforma Agrária englobe simultaneamente as seguintes terras:

- a) Das empresas rurais;
- b) Áreas de ocupação de arrendatários, parceiros, posseiros e ocupantes;
- c) Nas terras agriculturáveis que são inexploradas e ociosas;
- d) Nas terras da Igreja;
- e) Terras da União.

35 – Deverão ser assentados com prioridades:

- a) Os trabalhadores que lutaram na resistência pela terra;
- b) Arrendatários, parceiros e assalariados rurais;
- c) Filhos de pequenos proprietários cuja área que possuem não comporta mais a mão-de-obra familiar.

37 – Que a Reforma Agrária também atinja os trabalhadores que foram expulsos do meio rural e hoje estão na cidade e querem voltar para o campo.

39 – Que sejam assentados anualmente pelo menos 2 milhões de famílias em terras produtivas com a participação de representantes das entidades sindicais.

42 – As terras desapropriadas ficam proibidas de ser objeto de contrato de compra e venda, salvo permuta por área agrícola e nos casos em que o trabalhador comprovar a sua não adaptação à terra. Neste caso, deve ser repassada a área a outro trabalhador que não tenha terra e a queira fazer produzir mediante a indenização das benfeitorias, sob a coordenação do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.

45 – Exigir a inclusão de um dispositivo na lei que institua a perda sumária da propriedade acima de 3 módulos rurais pela não utilização de pelo menos 50% da terra agriculturável e que a mesma seja repassada para os Trabalhadores Rurais sem terra ou com pouca terra.

75 – Exigir a eliminação imediata da preservação de grandes propriedades dentro das áreas desapropriadas.

76 – Que os trabalhadores que participaram da luta pela desapropriação sejam os primeiros a serem assentados.

88 – Exigir que a política de colonização seja revista. Ela deve ser uma política complementar à Reforma Agrária. Deve ser organizada apenas por órgãos oficiais, com a participação do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e não por colonizadores particulares.

103 – Exigir a demarcação das áreas ocupadas por posseiros, acompanhada pelas entidades de Classe e que a entrega dos títulos definitivos dessa terra seja feita no prazo de um ano.

106 – Que todos os Cartórios (tabelionatos) sejam estatizados e o poder público responsabilizado por suas faltas.

115 – Exigir o fim da política de incentivos e créditos aos grandes projetos agropecuários, manifestamente anti-sociais; os incentivos e isenções fiscais bem como os chamados programas especiais, devem desaparecer ou serem reorientados em benefício do trabalhador rural.

124 – Desapropriação imediata das grandes propriedades ocupadas por parceiros e arrendatários, tradicionais produtores de alimentos e que estão sendo expulsos e substituídos pela grande produção voltada para o mercado externo e pela expansão de canaviais para produção de álcool carburante ou pelas empresas de reflorestamento.

126 – Que seja estabelecido o prazo mínimo de 5 anos para os contratos agrários de lavouras brancas e de sete anos para lavoura permanente, de acordo com as peculiaridades da região e observadas as disposições legais do Estado da Terra.

127 – Que seja observado na parceria o pagamento da parcela de 5% dos produtos quando o proprietário concorrer com apenas a terra nua.

133 – Combate aos problemas causados pelas secas e enchentes no Nordeste através da transformação da atual estrutura agrária injusta, mediante uma Reforma Agrária ampla, massiva, imediata e drástica, com a participação dos trabalhadores rurais, acompanhada de medidas de desenvolvimento agrícola voltada para os interesses dos pequenos produtores, nos termos das decisões do 4.º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais.

134 – Medidas agrárias de caráter específico, que possibilitarão reduzir de forma substancial os efeitos danosos das secas sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais:

- a) Desapropriação das áreas úmidas e vazantes, distribuindo-as aos trabalhadores rurais, com assistência técnica e creditícia;

- b) Desapropriação por interesse social de áreas em conflito;
- c) Aceleração da titulação de terras para os trabalhadores rurais, com a participação dos sindicatos;
- d) Assentamento de trabalhadores rurais nas terras públicas, realizando obras que as tornem em plena condição de ocupação;
- e) Prioridade à produção de alimentos para abastecimento regional;
- f) Fim da política de apoio indiscriminado à expansão das pastagens e da pecuária;
- g) Programas de combate aos efeitos da seca que tenham como objetivo a transformação da estrutura agrária e que garantam a mudança do atual quadro de miséria da região;
- h) Programas de estudos técnicos sobre o desequilíbrio ecológico causado pelas secas ou pelas cheias do Nordeste.

135 – Medidas agrícolas específicas que possibilitarão reduzir de forma substancial os efeitos danosos das secas sobre as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais:

- a) Crédito, para investimento, com prazo de 20 anos e 5 de carência, a juros acessíveis, aos agricultores de até 100 ha, desde que comprovem trabalhar em regime de economia familiar;
- b) Crédito de custeio, a juros acessíveis, nas épocas oportunas;
- c) Anistia dos débitos bancários para os trabalhadores rurais, relativa aos anos em que houve seca;
- d) Prioridade aos pequenos produtores na concessão de crédito agrícola por bancos oficiais;
- e) Prioridade à produção de alimentos para abastecimento regional.

151 – Que seja suspensa a construção de novas barragens a fim de não agravar ainda mais o problema da falta de acesso à terra aos trabalhadores rurais.

157 – Que as construções de barragens, além de sua finalidade primeira que é gerar energia, tenham, também, obrigatoriamente – onde se fizer necessário –, a destinação de se prestar à irrigação.

A REFORMA AGRÁRIA E A CIDADE

A Campanha está programando um seminário para a 1ª.
quinzena de setembro

Seminário: A Reforma Agrária e a Cidade

Data: 9 - 10 e 11 de setembro

Temário: A Reforma Agrária e os Problemas Urbanos do Grande Rio

- . Condições Sociais na Baixada Fluminense.
- . As condições de vida do trabalhador urbano no Rio de Janeiro e a Reforma Agrária.
- . As Associações de Moradores e a Reforma Agrária.

A Reforma Agrária no Rio de Janeiro

- . Situação dos Trabalhadores Rurais no Rio de Janeiro.
- . O Norte Fluminense.
- . As ocupações de terra no Estado do Rio de Janeiro.
- . O Litoral Sul do Estado do Rio de Janeiro.
- . O esvaziamento da Agricultura no Estado do Rio de Janeiro.
- . A luta pela terra no Estado do Rio de Janeiro.

O significado atual da Reforma Agrária

- . A Reforma Agrária que os trabalhadores Rurais querem.
- . CUT/CONCLAT e a Reforma Agrária.
- . A proposta da Nova República para o "Plano Nacional de Reforma Agrária.
- . Quem não quer a Reforma Agrária.

Informações: Rua Vicente de Souza, 29 - Rio de Janeiro - Tel: 286-0348

REFORMA AGRÁRIA: EM QUE MODIFICA A VIDA DA POPULAÇÃO DAS CIDADES?

CARLOS MINC — ABRA/RJ

A maior parte da população urbana é simpática à idéia da reforma agrária. Mas trata-se geralmente de um sentimento geral de solidariedade com nossos companheiros no campo, sem terra, sem emprego, submetidos à injusta ordem imposta pelos latifundiários. O apoio concreto das camadas urbanas às lutas dos trabalhadores rurais tem sido insuficiente, principalmente se levamos em conta a tremenda reação dos latifundiários e de seus aliados contra qualquer forma agrária. Se o povo das cidades também não for às ruas levantando a bandeira da reforma agrária, a estrutura agrária vai continuar do jeito que está por muitos e muitos anos. E a população das cidades, ainda que não esteja muito consciente desta realidade, vai continuar sofrendo na carne, de múltiplas formas, justamente pela falta de uma reforma agrária para valer. Porque é na atual estrutura agrária brasileira que está a origem dos grandes problemas da população: baixo salário, inflação, desemprego, violência urbana e tantas outras coisas que angustiam o trabalhador urbano no seu dia a dia.

SALÁRIO

Quando um operário tem seu salário comido pela inflação e se prepara para lutar por momentos justos, ele fica preocupado porque vê de manhã bem cedo uma fila de "peões" procurando emprego, a maior parte recentemente chegados do interior, do Nordeste, nos campos, sem terra e sem emprego, dispostos a trabalhar por qualquer salário, até porque não recebem nenhum. E isto é muito bem explorado pelos patrões, que ameaçam com demissões e chantageiam a classe trabalhadora com esta abundante reserva de mão de obra.

Estes novos imigrantes foram em sua maioria expulsos pela grilagem de terras, pela violência dos latifundiários, pela expansão da pecuária e das monoculturas de exportação, as únicas que recebiam créditos e subsídios polpudos no período da ditadura. O êxodo rural entre 1960 e 1970 foi de 13 milhões de pessoas, e entre 1970 e 1980 foi de 16 milhões de pessoas. Atualmente chegam às 9 regiões metropolitanas nada menos de 1 milhão e cem mil pessoas por ano. Assim não há salário que resista, nem criação de empregos que responda a este tremendo fluxo. Mas, uma Reforma Agrária distribuindo terra para quem nela vive e trabalha, com créditos e tecnologias apropriadas possibilitará aos trabalhadores rurais viverem com dignidade e aumentarem a produção.

Mas não é só com este exército de reserva produzido pela ordem latifundiária que o salário do trabalhador urbano é desfigurado. Quando o trabalhador e sua família vão comprar os produtos para a alimentação, se deparam com a carestia, sobretudo daqueles produtos básicos da alimentação popular, como o arroz, o feijão, batata, legumes, verduras e outros, cuja principal produção é justamente feita pelos pequenos produtores. Ele tem pouca terra, pouco crédito, e suas famílias vão sendo expulsas para as cidades por falta de investimentos públicos no campo, por falta de educação, justiça, por falta de irrigação, por terras boas, que os latifundiários estocam e mantêm inexploradas, para especulação. Hoje sabemos que existem 160 milhões de hectares de terras férteis, boas para a agricultura, em mãos dos latifundiários e absolutamente inexploradas, SEGUNDO DECLARAÇÕES DOS SEUS PRÓPRIOS PROPRIETÁRIOS.

Reforma Agrária é comida mais farta e mais barata na mesa do trabalhador. É utilizar 2 fatores que estão parcialmente ociosos no campo: o trabalhador e a terra, e pô-los para funcionar num novo modelo agrícola mais eficiente e mais justo.

EMPREGO

O êxodo rural como vimos, ameaça o salário e o emprego do trabalhador urbano. Mas a retração do volume de emprego ocasionada pelo esvaziamento dos campos e pelo aumento da favelização e da miséria urbana é ainda maior. São milhões de pessoas sem terra e sem emprego que estão FORA DO MERCADO CONSUMIDOR, ou seja, praticamente não podem comprar nem machados e arados, nem sapatos e camisas. No entanto, com a Reforma Agrária vai ser possível plantar e produzir em terras boas; com apoio a população vai ter condições de calçar e vestir seus filhos, e assim gerar emprego para nossos trabalhadores da indústria. Reforma Agrária é isso.

A reforma agrária brasileira pode criar em 4 anos 1 milhão e meio de empregos diretos e 3 milhões de novos empregos indiretos, tanto nas indústrias que produzem bens de consumo, como nas que produzem implementos e máquinas agrícolas. Estes 160 milhões de ha férteis e hoje inexplorados correspondem a 3 vezes a atual área plantada no nosso País. Quantos novos agrônomos, engenheiros, caminhoneiros, mecânicos, bancários (atenção ao crédito agrícola) não deverão ser contratados para fazer face a tal aumento da produção e circulação de mercadorias?

INFLAÇÃO

A inflação é inimiga dos assalariados e promove uma distribuição da renda em favor daqueles capitalistas que podem remarcar seus preços todos os dias. Já vimos que a atual estrutura agrária provoca carestia dos alimentos básicos pois mantém terras inexploradas e expulsa os camponeses responsáveis pela maior parte da produção de alimentos. E mais, quando a produção fica estagnada em 50 milhões de toneladas de grãos nos 5 anos consecutivos, e a população continua crescendo, o país tem, por vezes, de importar produtos agrícolas. Isto aumenta a Dívida Externa e os juros que estamos pagando a estes banqueiros e agiotas internacionais.

Para isto são exigidos mais sacrifícios dos trabalhadores, mais exportações, o governo limita sua capacidade de endividamento externo e tem então de soltar mais papéis para arrecadar dinheiro aqui dentro. Para isto tem de oferecer juros maiores o que aumenta os custos de produção em geral e realimenta a inflação. E esta por sua vez volta a corroer os salários dos trabalhadores urbanos. Estes mecanismos especulativos ligados aos papéis do governo (que constituem a Dívida Interna) aceleram a desvalorização da moeda e estimulam as empresas a comprarem terras como reserva de valor patrimonial. Até pouco tempo atrás quem tivesse muita terra ganhava créditos subsidiados em fartura, muitas vezes desviados dos fins produtivos, como no célebre caso do escândalo da Mandioca.

Estes subsídios aos grandes latifundiários também aumentavam a dívida interna, pois o governo acabava cobrindo estes gastos com mais papel emitido, oferecendo juros mais altos, provoca mais inflação, mais desvio de recursos da produção

para a especulação. A Reforma Agrária terá uma influência direta na inflação: mais crédito para os trabalhadores rurais; menos terra para estoque especulativo, terra para produzir; menos papelada no "open", menos inflação; mais produção e mais salário, mais poder de compra para o salário. O governo pode aumentar sua arrecadação com o aumento da circulação de mercadorias reais, que criam emprego e alimentam nossa população, e investir estes recursos em escolas e hospitais nos campos, diminuindo o êxodo e ampliando o mercado interno.

ABASTECIMENTO

A atual estrutura agrária dominada pelo latifúndio, mantém uma grande massa de pequenos produtores sem terra ou com muito pouca terra, sem créditos e sem assistência técnica. Desta forma, estes produtores, responsáveis por 2/3 da produção dos produtos básicos para a nossa alimentação, ficam vulneráveis nas mãos dos grandes atravessadores, dos "tubarões" intermediários, que lhes pagam preços aviltantes por seus produtos e fazem com que estes cheguem ao consumidor 8 ou 10 vezes mais caros.

Com mais terra, créditos, cooperativas, e apoio governamental para o escoamento da produção, estes produtores vão receber melhor por seus produtos e estes vão chegar bem mais em conta na mesa da população urbana. Com estas economias, tanto os camponeses como as famílias das cidades poderão comprar outros bens de consumo e contribuir assim para a ampliação do mercado interno e para a criação de novos empregos.

Para isso, a Reforma Agrária tem de estar acompanhada do revigoramento dos Mercados Municipais do produtor, estradas vicinais, silos, transportes, internalização da CEASA, da COBAL, que são equipamentos público que até muito pouco tempo serviam aos grandes atravessadores. Agora devem passar a ser controlados pelos produtores rurais e pelas organizações dos consumidores urbanos, como a FAMERJ já começa a fazer no Rio de Janeiro.

Em São Paulo começam a dar resultados as experiências dos Varejões, Sacolões, Comboios de Abastecimento, Centrais Populares de Abastecimento, Cozinhas Comunitárias, que no seu conjunto já atingem 4 milhões de pessoas com dezenas de produtos com preços 30% abaixo do mercado. Com o aumento da produção originada da Reforma Agrária e com a formação dos Conselhos Populares de Abastecimento, com participação dos sindicatos e associações de defesa dos consumidores, as economias reais podem tornar-se muito maiores.

Hoje a alimentação representa cerca de 50% do salário do trabalhador que ganha até 3 salários mínimos, quando o ideal seria que com 15% a 20% do seu salário o trabalhador pudesse oferecer uma alimentação de boa qualidade para sua família. Reforma Agrária é lutar contra a fome, contra as doenças dela decorrentes que dizimam as crianças e enfraquecem a força do trabalho.

HABITAÇÃO

O trabalhador mora mal, porque ganha mal. E ganha mal porque há desemprego que impede aumentos reais dos salários, e porque a carestia come logo o salário todo. A Reforma Agrária, como já vimos, fará com que aumente o emprego e os salários, e tornará os alimentos mais baratos. Isto possibilitará o trabalhador morar melhor.

Muitos operários hoje moram em favelas, ou em bairros degradados. Muitas vezes não há saneamento básico, nem infraestrutura. E todos os dias continuam chegando dezenas de novas famílias, expulsas do campo, para as favelas e para a periferia. Isto faz aumentar muito rapidamente a demanda por casas populares, ao mesmo tempo que aumenta o número de desempregados, e força para baixo o salário daquele

que tem emprego. Assim o problema da habitação nunca será solucionado.

O ÊXODO RURAL faz as cidades incharem sem que haja como contrapartida a criação de novos empregos. A população endividada não consegue pagar o BNH, e é ameaçada de despejo. Atualmente o valor das dívidas dos latifundiários que não pagaram o ITR (Imposto Territorial Rural), apenas entre 1980 e 1985 é simplesmente de 3,6 TRILHÕES de cruzeiros. E agora? Só a execução destas dívidas já financiaria boa parte da Reforma Agrária, mas para isso, amigos, temos que ir para as ruas em defesa da Reforma Agrária, pois estas dívidas prescrevem em 5 anos (as de 79 já prescreveriam, e daqui a uns meses as de 1980 prescrevem também), e até hoje não houve força política para endurecer com este setor, embora os mutuários continuem ameaçados de perder o seu teto.

VIOLÊNCIA

A violência no campo tem sua origem na estrutura latifundiária, no monopólio das terras e do poder por uma minoria. As forças reacionárias tentam vender à opinião pública a idéia de que foi o anúncio do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária que provocou o aumento dos conflitos. Ora, apenas em 1984 houve 923 conflitos pela terra, envolvendo 474 mil famílias e causando a morte de 180 trabalhadores rurais, advogados ou agentes pastorais. E tudo isto ANTES do anúncio do 1º Plano.

E a violência nas cidades? Com este desemprego, esta miséria e o êxodo rural superior a um milhão de pessoas por ano APENAS considerando o que se dirige para as 9 regiões metropolitanas, é impossível controlar a violência urbana. Principalmente num país onde não existe seguro-desemprego ou salário-desemprego, como na Europa. Nem o famoso sopão dos pobres, nem o Esquadrão da Morte, como pretendem alguns equivocados, podem enfrentar estas caravanas de deserdados da terra, estes imigrantes crônicos, que andam em busca do seu país, do seu canto, do seu sossego. Quando a direita e o latifúndio dizem que a Reforma Agrária vai custar muito caro, nós devemos exigir que a Nação seja informada de tudo e que decida: se prefere investir no aumento das forças policiais, dos presídios, ou se prefere investir na reforma agrária.

DEMOCRACIA

Democracia não é só votar. Democracia é direito à justiça e ao emprego, direito ao salário digno e a receber uma parte equivalente da riqueza do país. Com o Latifúndio imperando nos campos, estocando terras e formando milícias particulares, e com o êxodo trazendo desemprego, marginalidade e violência para as grandes cidades não haverá democracia. **Sem Reforma Agrária não haverá Democracia, sem Reforma Agrária nem haverá Nova República.**

Por isto, nosso povo que ganhou as ruas empunhando a bandeira das DIRETAS deveria voltar unido às ruas empunhando, com convicção a bandeira da REFORMA AGRÁRIA.

Publicação da Campanha Nacional pela Reforma Agrária.
Número especial - agosto de 1985. Diagramação e Arte
- CTPAV. Rua Vicente de Souza, 29 - Rio de Janeiro.

REFORMA AGRÁRIA

Porque?

- DOS 5,2 MILHÕES DE PROPRIETÁRIOS RURAIS, APENAS 540 MIL SÃO DONOS DA MAIOR PARTE DAS TERRAS NO BRASIL (80%).
- 42 MILHÕES DE HECTARES DE TERRAS APROVEITÁVEIS ESTÃO INEXPLORADAS E 240 MILHÕES, MAL UTILIZADAS.
- AS MULTINACIONAIS JÁ SE APROPRIARAM DE MAIS DE 35 MILHÕES DE HECTARES DE TERRA NO BRASIL.
- CRESCERAM PARA 24 MILHÕES O NÚMERO DE PESSOAS QUE MIGRARAM PARA OUTROS ESTADOS ENTRE 1970 E 1980.
- EXISTEM CERCA DE 11 MILHÕES DE DESEMPREGADOS NAS CIDADES E 12 MILHÕES DE CAMPONESES SEM TERRA.
- 8,7 MILHÕES DE ASSALARIADOS RURAIS RECEBEM MENOS DE UM SALÁRIO - MÍNIMO.
- A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS POR HABITANTE VEM CAINDO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS, EM RAZÃO DO APOIO GOVERNAMENTAL À GRANDE PROPRIEDADE.
- ENTRE 1979 E 1983, 269 MIL FAMÍLIAS DE PEQUENOS PRODUTORES ENFRENTARAM CONFLITOS PELA POSSE DA TERRA.
- ENTRE 1979 E 1983 FORAM ASSASSINADOS CAMPONESES, POSSEIROS, BÓIAS-FRIAS, GARIMPEIROS, DIRIGENTES SINDICAIS RURAIS E ADVOGADOS, NA LUTA PELA POSSE DA TERRA E NA DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES. SOMENTE NOS 3 PRIMEIROS MESES DE 1984 FORAM ASSASSINADAS 17 PESSOAS, NÚMERO SUPERIOR A TODO O ANO DE 1980, 1981 E 1982.
- EM 480 ANOS, OS INDÍGENAS FORAM REDUZIDOS DE 5 MILHÕES PARA 220 MIL PESSOAS E APENAS UM TERÇO DE SEUS TERRITÓRIOS ESTÁ OFICIALMENTE DEMARCADO.

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA

CONTAG / CPT / CIMI / CNBB - LINHA 6 / ABRA / IBASE